

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE - SC

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5/2020**

**OBJETO:** Outorga de Concessão Onerosa de serviço de Implantação, exploração e administração de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do Município de Herval d'Oeste.

**PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**, pessoa jurídica de direito interno privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.400.407/0001-84, com sede à Rua Carlos Gomes nº 1107, Centro, na cidade de Araraquara – SP, por seu Procurador infra-assinado, vem, tempestivamente, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso administrativo que propõe a empresa BR PARKING ESTACIONAMENTOS LTDA.

#### DOS FATOS

No dia 03 de novembro de 2020 reuniram-se o Pregoeiro e seus respectivos membros da Equipe de Apoio, designados para realizar os procedimentos da Concorrência Pública 1/2020.

Após a etapa de análise documental, declarou-se habilitada as empresas PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, GVP PARK SERVIÇOS LTDA, HIPER OFF LTDA, BR PARKING ESTACIONAMENTO LTDA, BR-TIC INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SÓ PARAR TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTO EIRELI, RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A, SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL e G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA.

Por esta razão, a empresa BR PARKING ESTACIONAMENTOS LTDA apresentou recurso quanto a motivação da habilitação da recorrida, com argumentos de que a empresa PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA não possui atividade de operação de estacionamento rotativo, tendo



em vista que esta atividade se trata de uma atividade secundária da recorrida, o que não pode ser considerado como compatível com o objeto da licitação.

Entende a recorrente que o atestado apresentado pela licitante PROVAC, PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES foi emitido em 25/05/2001, ou seja, há quase 20 anos atrás, e que assim deve ser desconsiderado pela Comissão de Licitações.

Diante das infundadas alegações trazidas pela recorrida, se faz necessária a apresentação destas contrarrazões, justificadas pelo direito abaixo enunciados.

## DO DIREITO

Como sabemos, a não previsão exata do objeto da licitação/contrato no contrato social da empresa não é motivo, a priori, para justificar a inabilitação de um processo licitatório.

O Tribunal de Contas da União já destacou que a inabilitação de licitantes por falta de previsão expressa do objeto licitado em seu contrato social fere o caráter competitivo da licitação, conforme se observa do teor do Acórdão 571/2006 - Plenário:

"No que tange à questão de o objeto social ser incompatível com a atividade de transporte de pessoas, verifico uma preocupação exacerbada por parte dos gestores ao adotar a decisão de inabilitar a empresa. A administração procurou contratar uma prestadora de serviços devidamente habilitada para o exercício dos serviços terceirizados e, ao constatar que o objeto social da empresa Egel, na época da licitação, era "locação de veículos; locação de equipamentos; coleta, entrega e transporte terrestre de documentos e/ou materiais", vislumbrou que não estava incluída a possibilidade do transporte de pessoas.

De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100).

Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu





objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal."

Justamente por isso, o ideal é que a Administração Pública ateste que o particular detém aptidão técnica suficiente para executar o objeto da licitação, comprovando, por meio da apresentação de atestados, que já executou atividade compatível em características, quantidades e prazos com aquela licitada pela Administração. Portanto, não será por meio da análise do contrato social que se poderá afirmar a capacidade da empresa para desempenhar o objeto do contrato. Tal função é posteriormente aferida quando da análise dos documentos de habilitação da capacitação técnica.

Assim, mesmo que uma empresa que não detenha expressamente em seu objeto social a atividade compatível com o objeto, o Tribunal de Contas determina que, nenhuma empresa deve ser inabilitada por este fator. Ou seja, no presente caso, há descrição no objeto social da empresa recorrida, em atividade secundária, porém, não é motivo para sua inabilitação.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União – TCU se manifestou acerca de questão específica referente à necessidade de nexo entre objeto da licitação e o contrato social da licitante. No caso, ocorreu uma representação com pedido de anulação do Pregão Eletrônico para Registro de Preço que pretendia contratar serviços especializados em tratamento do acervo documental arquivístico, guarda do acervo documental, revisão, digitalização, digitação, OCR e indexação de documentos existentes nos arquivos da autarquia federal.

Após análise dos ministros quanto a supostas ilegalidades apontadas no julgamento da licitação, o TCU determinou a autarquia federal que cancelasse a Ata de Registro de Preços nos termos do inc. I do art. 21 do decreto nº 7.892/2013 por razão de interesse público, e que não fosse feita a prorrogação do contrato com a empresa contratada, com fundamento no *caput* do art. 37 da Constituição Federal e no *caput* do art. 3º da lei nº 8.666/93.

Desta forma, a inabilitação da empresa habilitada acabaria por afastar as regras que a própria Administração Pública no curso do processo da licitação estabeleceu em seu instrumento convocatório, devendo assim, garantir a segurança jurídica e estabilidade na relação jurídica decorrente no presente certame, bem como assegurar o tratamento isonômico com as licitantes, observando estritamente as disposições constantes do edital.

O sumário do Acórdão nº 642/2014 estabelece o seguinte:



Para fins de habilitação jurídica nas licitações, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.

Para fins de habilitação técnica nas licitações, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social das empresas licitante.

Diante disso, ressalta-se que a habilitação é um requisito objetivo, demonstrável mediante documentação própria. A exigência de que o contrato social do licitante tenha nexos com o objeto da licitação permite que a Administração Pública avalie se a pessoa jurídica pode ser contratada e se pode cumprir todo o objeto.

Vê-se, portanto, que a Administração deve, sim, fazer exigências, estabelecendo os critérios de habilitação para preservação do interesse público, dever, entretanto, que não lhe autoriza a ultrapassar as barreiras do necessário, sob pena de comprometer a competição.

O próprio edital ao requerer a documentação de habilitação não menciona a questão apontada pela recorrente, ou seja, não exige compatibilidade do contrato social das licitantes com o objeto do certame.

#### Item 8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;
- b) No caso de sociedades simples, fundações ou fundos, inscrição, regulamento e/ou registro do ato constitutivo, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores;
- c) No caso de entidades privadas de previdência complementar, declaração de que os planos de benefícios por elas administrados não estão em liquidação ou sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.
- d) Em se tratando de consórcio, compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelas consorciadas.





É possível notar que a licitante recorrente vem a criar regras que nem estão contidas no instrumento convocatório, ferindo o Princípio da vinculação ao edital.

Em consonância com o artigo 30 da Lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;



Ao contrário do alegado pela recorrente, o atestado não possui "prazo de validade"; ele é perene, perpétuo. A experiência adquirida pelo licitante não desaparece com o tempo; a partir do momento em que é expedido o atestado, consolidou-se a prova inconteste da aptidão técnica do licitante.

Portanto a alegação de que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa PROVAC ter quase 20 (vinte) anos, carece de fundamentação.

A regra descrita na norma legal vigente permite exigir do licitante apenas desempenho anterior de objeto similar, vedadas quaisquer exigências que inibam a participação na licitação, nos termos do art. 30, § 5º, do citado diploma federal:

*"§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação."*

Bem versou o citado § 5º que será vedada a exigência de comprovação de atividade "com limitações de tempo ou de época" ou ainda quaisquer outras não previstas nesta Lei. Portanto, a fundamentação da empresa recorrida vem a impor restrição ao prazo em que foi emitido o Atestado, não havendo o que se falar ou obrigar que o Atestado tenha sido emitido em época específica.

Ora, exigir Atestado com prazo de emissão específico é transgredir descaradamente o § 5, do art. 30. Tal exigência (do Edital) restringe a competição, diminui o universo de competidores e frustra o objetivo maior da licitação – obtenção da proposta mais vantajosa.

Pois bem, exigir que a prova de qualificação técnica seja feita através de atestados emitidos com data ou prazo específico, é indevida e irregular por absoluto desrespeito à Lei. À luz da legislação vigente, não é obrigatório que os atestados tenham sido emitidos em data ou prazo determinados, pois afastaria do certame possíveis interessados que, embora possuíssem plena capacidade para executar o objeto.

Sendo assim, não há o que prosperar as alegações apresentadas pela recorrente quanto a comprovação da qualificação técnica, pois os atestados atendem ao edital. Não deve ainda, a licitante recorrente realizar tentativas de criar itens editalícios, com finalidade de induzir esta nobre comissão a erro.

DOS PEDIDOS





Requer, que seja julgado improcedente o recurso apresentado pela licitante BR PARKING ESTAIONAMENTOS LTDA e que as contrarrazões fundamentadas de PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA venha a ser procedente, mantendo a decisão de habilitação neste certame.

Caso a presente contrarrazões não seja acolhida, contravindos estarão todos os princípios, levando cópia ao Tribunal de Contas para as providências de praxe.

Araraquara, 17 de novembro de 2020



PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

CNPJ 50.400.407/0001-84

Calia de Freitas Mendes

C.P.F.: 020.426.518-50

R.G.: 6.616.262-2

Proprietária

**50.400.407/0001-84**

**PROVAC TERCEIRIZAÇÃO  
DE MÃO DE OBRA LTDA.**

RUA CARLOS GOMES, 1107  
CENTRO - CEP 14801-340  
ARARAQUARA SP

